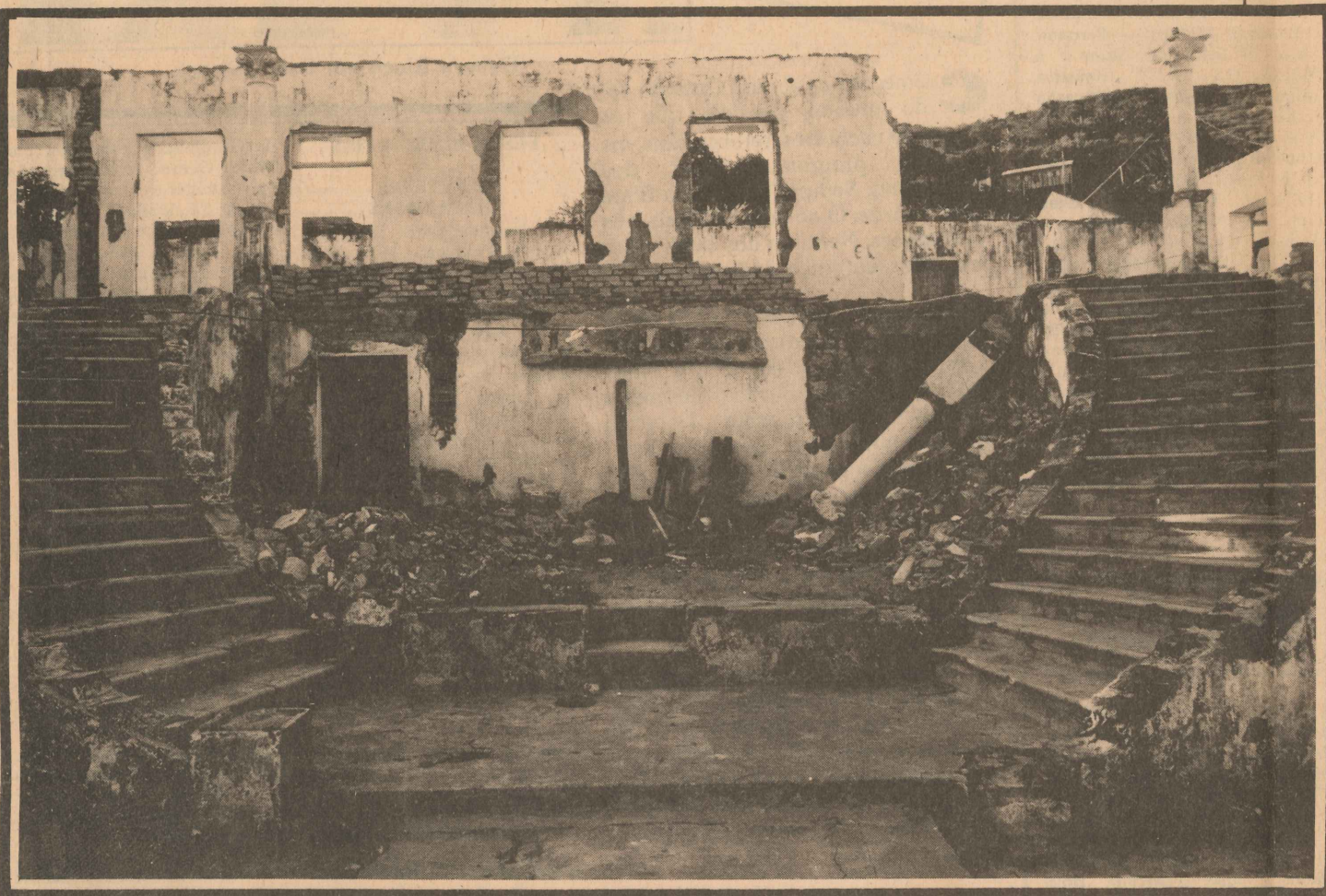


Nas ruínas do palácio, um novo espaço para a arte

As ruínas do Palácio Santa Clara serão finalmente preservadas. O tombamento do que restou do prédio, pelo Conselho Estadual de Cultura, foi o primeiro passo para transformar aquele espaço numa escola de artes e num teatro de arena. No Departamento Estadual de Cultura, tanto a diretora do órgão, Gley Coutinho, quanto o arquiteto José Daher, autor do anteprojeto, se mostram otimistas em relação ao novo espaço cultural.

Caderno Dois



Pouca coisa restou do Palácio Santa Clara, construído por Nestor Gomes



Foto de Ailton Lopes

Uma das últimas reuniões do Conselho Estadual de Cultura, foi aprovado, depois de dois anos de espera, o tombamento das ruínas do Palácio Santa Clara, construído no governo de Nestor Gomes. Esse primeiro ato faz parte de um anteprojeto que tem por objetivo transformar as ruínas do Palácio em mais um espaço cultural para Vitória.

A idéia, no entanto, não é nova. Em setembro de 82, a Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural do Departamento Estadual de Cultura elaborou um levantamento arquitetônico da situação das ruínas do Palácio Santa Clara. Foi feito um levantamento gráfico e fotográfico do

escola, já que a secretária da Educação possuía os recursos e estava interessada na obra.

MUDANÇA

Para azar dos que torciam pela recuperação do Palácio Santa Clara, o projeto foi esquecido, já que a administração de Aneti Vitalli chegara a seu final e com a mudança de governo a idéia de recuperação do imóvel foi engavetada.

Em março de 82 a questão foi novamente levantada por José Daher, junto à diretora do DEC, Gley Coutinho, que também se mostrou entusiasmada com a possibilidade de contar com um novo espaço cultural. O projeto da transformação das ruínas numa escola para deficientes havia sido encerrado junto com o go-

e do qual só restam as paredes em volta. foi proposto no anteprojeto o aproveitamento para um teatro de arena, ao ar livre. Seriam também construídos degraus para a platéia.

Na parte posterior do prédio existem algumas salas, que seriam utilizadas como oficinas de teatro, de cinema e de artes plásticas. As outras duas salas restantes funcionariam como secretaria e diretoria. Em todas essas salas, no entanto, só existem as paredes como estrutura. Nas ruínas há também alguns porões, e José Daher explica como eles seriam aproveitados:

— Nós pensamos em colocar nesses porões um café/bar. Assim dinami-

repassar uma verba para a implantação da escola de artes, mas com a mudança na Secretaria da Educação a coisa ficou um esquecida. Agora, com o tombamento das ruínas do Palácio Santa Clara pelo Conselho, as coisas deverão ficar mais fáceis.

Gley ressalta o fato do projeto ter sido aprovado justamente no último dia em que estava sendo elaborado o orçamento do DEC para o próximo ano. "Foi ótimo que o Conselho o aprovasse porque o colocaremos como uma das prioridades para 1986".



de Nestor Gomes. Esse primeiro ato faz parte de um anteprojeto que tem por objetivo transformar as ruínas do Palácio em mais um espaço cultural para Vitória.

A idéia, no entanto, não é nova. Em setembro de 82, a Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural do Departamento Estadual de Cultura elaborou um levantamento arquitetônico da situação das ruínas do Palácio Santa Clara. Foi feito um levantamento gráfico e fotográfico do imóvel, sendo encaminhado em seguida ao Conselho Estadual de Cultura, pedindo o tombamento das ruínas.

Três meses depois, a então presidente do Conselho, secretária da Educação Aneti Vitalli, tomando conhecimento do pedido de tombamento, propôs a elaboração de um projeto que transformasse as ruínas do Palácio Santa Clara numa escola para deficientes, a ser anexada à escola Maria Ericina Santos, que funciona ao lado do Palácio.

Foi nessa época, então, que nasceu a primeira proposta para a recuperação das ruínas do Palácio Santa Clara, até aí completamente esquecido. Na época, o chefe da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural do DEC, José Daher, já era de opinião que a proposta de utilização das ruínas em uma escola para deficientes não tinha muita relação com a estrutura do imóvel.

— Acontece que para você adaptar uma escola em cima de uma ruína, terá que fazer algumas construções. Mas, por outro lado, era uma forma de se viabilizar a recuperação do prédio. Apesar de sabermos que esta não era a situação ideal, nós fizemos o projeto de recuperação das ruínas para a futura implantação da

projeto foi esquecido, já que a administração de Aneti Vitalli chegara a seu final e com a mudança de governo a idéia de recuperação do imóvel foi engavetada.

Em março de 82 a questão foi novamente levantada por José Daher, junto à diretora do DEC, Gley Coutinho, que também se mostrou entusiasmada com a possibilidade de contar com um novo espaço cultural. O projeto da transformação das ruínas numa escola para deficientes havia sido encerrado junto com o governo passado.

José Daher passou então a trabalhar num anteprojeto de consolidação das ruínas do Palácio. "Não será um trabalho de restauração ou reconstrução porque nós não pretendemos reerguer o prédio da maneira como ele era. Nós vamos pegá-lo do jeito que ele está e estabilizar o que ainda resta. Isto, para que não continue o processo de deterioração em que se encontra".

Ele explica também que não é a favor da restauração porque não existem documentos suficientes que comprovem como era a arquitetura do Palácio. "Se eu insistisse na restauração acabaria inventando muitos detalhes, e isso faria com que a obra ficasse sem identificação, já que não seria uma obra nova, nem tampouco original".

O anteprojeto elaborado por José Daher prevê a instalação nas ruínas do Palácio de uma escola de artes e de um espaço cultural administrados pelo DEC. São aproximadamente 800 metros quadrados de área, sem contar com o estacionamento. As divisões para a utilização das ruínas já estão no papel.

No vão central do prédio, com aproximadamente 150 metros quadrados,

Na parte posterior do prédio existem algumas salas, que seriam utilizadas como oficinas de teatro, de cinema e de artes plásticas. As outras duas salas restantes funcionariam como secretaria e diretoria. Em todas essas salas, no entanto, só existem as paredes como estrutura. Nas ruínas há também alguns porões, e José Daher explica como eles seriam aproveitados:

— Nós pensamos em colocar nesses porões um café/bar. Assim dinamizaríamos a área, criando um novo espaço também para a vida noturna. Os recursos advindos desse café/bar seriam utilizados na escola de artes. A administração de toda essa estrutura ficaria sob a responsabilidade do DEC.

Nas ruínas do Palácio Santa Clara ainda existem alguns detalhes construtivos que chamam a atenção como, por exemplo, as colunas laterais, que pelo anteprojeto seriam mantidas. Mas, na realidade, quais seriam as partes do prédio que sofreriam alterações?

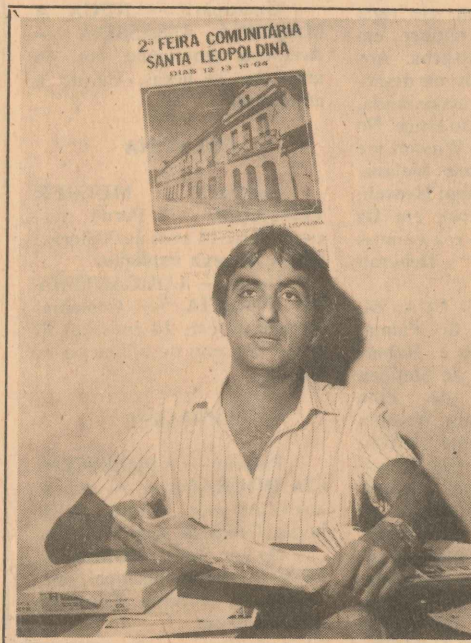
"Somente na parte de trás, onde ficariam as oficinas, é que seriam colocados alguns telhados. Mas estes seriam baixos, para não interferir visualmente nas ruínas". Mesmo com as poucas modificações que o prédio sofreria, José Daher não esconde que a obra não ficaria barata. "Há todo um trabalho de estabilização da estrutura original. Não existe piso, por exemplo, e terão que ser feitas as instalações elétrica e hidráulica. Mas eu diria que esta é a obra mais viável dentro da realidade das ruínas".

PRIMEIRO PASSO

Na opinião de José Daher, o tombamento das ruínas do Palácio Santa



Gley Coutinho: correndo atrás dos recursos



José Daher: "O tombamento foi o primeiro passo para a concretização do projeto"

Clara pelo Conselho Estadual de Cultura foi o primeiro passo para que o sonho da instalação da escola de artes se torne uma realidade. Ele acha que o tombamento irá inibir a descaracterização do prédio.

O passo seguinte, como explica José Daher, será um apelo ao Conselho para que este ajude a viabilizar recursos para a execução do projeto. "Uma coisa é certa: um projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura teria mais força para conseguir os recursos necessários à sua conclusão".

Se o DEC conseguisse a liberação de verba para a instalação da escola de artes, José Daher calcula que dentro de 90 dias, após a conclusão do projeto arquitetônico, a obra seria entregue à população capixaba. Se dependesse exclusivamente da diretoria do DEC, Gley Coutinho, "a obra começaria amanhã".

— Desde que eu entrei aqui nós estamos batalhando para ver esse projeto concluído. Inclusive, o ex-secretário Wilson Haese tinha se comprometido a

Clara pelo Conselho, as coisas deverão ficar mais fáceis.

Gley ressalta o fato do projeto ter sido aprovado justamente no último dia em que estava sendo elaborado o orçamento do DEC para o próximo ano. "Foi ótimo que o Conselho o aprovasse porque o colocaremos como uma das prioridades para 1986".

HISTÓRIA DO PALÁCIO

Foi no governo Nestor Gomes que nasceu a idéia de se construir, no alto da rua Santa Clara, a residência de repouso do governador do Espírito Santo. Um dos poucos a registrar esse pedaço da história do Estado foi o escritor Serafim Derenzi, no livro **Biografia de Uma Ilha**:

"Nos dois primeiros anos do governo de Nestor Gomes a cidade se congelou. Foram praticamente interditadas todas as obras particulares da Cidade Alta, praça Costa Pereira, na rua Jerônimo Monteiro e na zona da Capixaba. Muitas demolições e projetos discutíveis se anunciavam. De positivo resultou a abertura da rua Santa Clara, ligando o Parque Moscoso ao reservatório de água, estreita, de seis metros com rampa superior a 15 por cento".

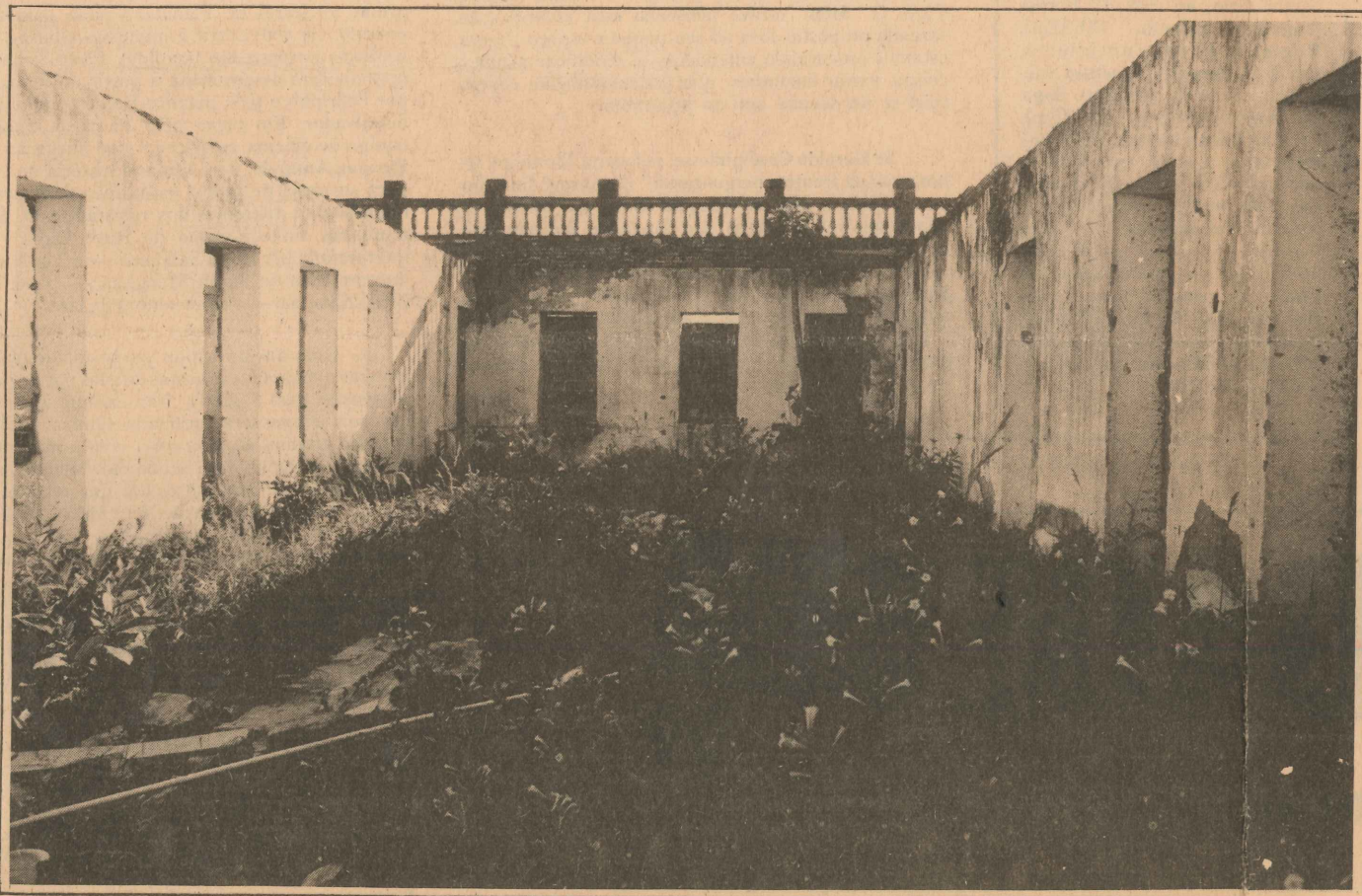
No alto da Santa Clara, segundo o historiador, "se construiu um monstrego", destinado à residência presidencial. "Findo o governo de Nestor Gomes, o Palácio Santa Clara foi, gradativamente, sendo deixado de lado". Alguns anos depois o prédio passou a ser administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Vitória, sendo criado posteriormente o Orfanato Santa Luzia, sob orientação das freiras da Ordem das Irmãs Vicentinas.

"Posteriormente o Orfanato foi transferido para a Reta da Penha, onde hoje é a Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (Emescam). O antigo prédio passou então a ser o Centro de Tratamento Rápido, um hospital para tratamento de doenças venéreas. Nessa época a escola Maria Ericina Santos havia sido transferida de Vila Velha para os fundos do hospital, utilizando-se inclusive de algumas dependências dos fundos do prédio".

A proximidade entre os estudantes e portadores de doenças venéreas começou a gerar polêmicas e, então, optou-se por construir um muro — hoje conhecido pelos alunos como o "muro da vergonha" — que pudesse isolar completamente os dois estabelecimentos.

Com a desativação do hospital, a estrutura do Palácio, sofrendo o descaso das autoridades, foi perdendo peças importantes. Seu salão de baile, suas escadarias, colunas, estátuas e arcos foram, pouco a pouco, sendo destruídos ou roubados. Hoje, restam apenas algumas colunas e paredes, além da escadaria principal.

ALVARO MUNIZ



Neste vão central deverá ser construído o teatro de arena